

## Educação sexual: qual o profissional designado para esta tarefa? **2**

---

Mary Neide Damico Figueiró\*

O presente artigo apresenta os resultados da investigação de qual ou quais têm sido os profissionais apontados, em nossa produção acadêmico-científica, como responsáveis pela Educação Sexual.

Este estudo faz parte da dissertação que apresenta o Estado da Arte da Educação Sexual no Brasil, do período de 1980 a 1993. Elaborar o Estado da Arte de alguma Área de conhecimento significa fazer uma revisão teórica de todo o conhecimento produzido até o presente momento.

Entre os principais resultados da investigação de quais os profissionais que vêm sendo apontados, pode-se dizer que a questão de quem deve assumir o papel de educador sexual é perineada por séries de pontos em comuns e também por séries de pontos divergentes, entre os estudos da temática. Muitos são os profissionais apontados. Portanto, não

---

\* Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Mestre em Psicologia Escolar pela USP.

Recebido em 27.11.96

Aprovado em 9.12.96

há uniformidade de opiniões quanto a quem deve assumir a Educação Sexual.

Alguns autores designam, ou até “defendem” direta e, muitas vezes, exclusivamente, um tipo específico de profissional.

Pretende-se alertar para a não validade de se estar prefixando, de maneira radical, a quem cabe o papel; menos ainda, de se pensar em termos de exclusividade de alguma área profissional.

Agora que já é de consenso da grande maioria da sociedade o reconhecimento da necessidade de se realizar a Educação Sexual formal junto a crianças e adolescentes, várias são as questões que precisam ser redimensionadas, no conjunto de nossa produção acadêmico-científica, para que seja possível uma construção continuada de conhecimentos sólidos a coerentes com nossa realidade social.

E com essa preocupação que foi desenvolvida a pesquisa, onde analisou-se a maior parte das publicações brasileiras sobre Educação Sexual, do período de 1980 a 1993. Para efetivar esta análise, vários foram os questionamentos estabelecidos. Entre eles, citam-se: - qual a abordagem de Educação Sexual predominante?; - qual a área de conhecimento que mais vem produzindo sobre Educação Sexual?; - qual ou quais profissionais são mais freqüentemente apontados como responsáveis pela Educação Sexual?

Essa análise das publicações brasileiras culminou no Estado da Arte em Educação Sexual no Brasil, ou seja, num quadro demonstrativo (quantitativo e qualitativo) da situação dos conhecimentos produzidos no Brasil sobre esta temática. Para o estudo, as publicações foram organizadas em três Grupos: Grupo A: livros e capítulos de livros; Grupo B: artigos científicos e trabalhos apresentados em eventos; Grupo C: dissertações e teses.

Com respeito, especificamente, ao questionamento de qual o profissional apontado, pode-se dizer, como ponto de partida, que em aproximadamente 45% das publicações acadêmico-científicas brasileiras desenvolvidas, de 1980 a 1993, os autores fazem referências, apontamentos e/ou comentários sobre qual o profissional que deve assumir o papel de educador sexual. Vários são os autores, evidentemente, que ao falar *sobre* Educação Sexual, não abordam essa questão.

*O professor* é o mais freqüentemente apontado, pois, no Grupo A, do conjunto de publicações que fazem referência ao profissional, 93,33% indicam-no; no Grupo B, 63,63% e no C, 87,5%.

Alguns autores designam, ou até “defendem”, direta e muitas vezes exclusivamente, um tipo específico de profissional.

No Grupo A, composto por livros e capítulos de livros, temos o exemplo de Fucs (1987), que dá ênfase ao professor de *Biologia* (ou Ciências).

Dentre os artigos e trabalhos científicos apresentados em eventos (Grupo B), Nogueira (1981) aponta diretamente o professor de *Biologia*. Amaral (1981) e Stoll (1988), apesar de atribuírem a função aos professores em geral, dão ênfase ao de *Biologia*.

Thums e Kieling (1990) dizem que essa função cabe a todo o profissional da escola, mas afirmam, por outro lado, que cabe principalmente ao professor de *Biologia* e de *Educação Física*.

Lins et al. (1985) apontam diretamente para os *profissionais da saúde*: afirmam que são os mais aptos, por terem conhecimento das DSTs e que as escolas deveriam contratá-los para esse fim. Berger (1990) também partilha da mesma opinião (apenas, não faz referência à questão da contratação, porém acrescenta que eles são aptos para, além de atuarem como educadores sexuais, prepararem professores para serem agentes multiplicadores.

Tavares (1985) aponta diretamente para o enfermeiro como sendo indicado para desempenhar função de orientação sexual no ensino básico. (p. 10)

No Grupo C (composto pelas dissertações e teses), Felizari (1989) aponta, na maior parte de sua Dissertação, direta e exclusivamente para o *enfermeiro*. Quase no final da mesma, fala em equipe composta por este profissional e por médico, professor, assistente social, psicólogo escolar. porém, fica muito pouco esclarecido, ou seja, não explicita se considera um trabalho multi, ou interdisciplinar. como também não esclarece a função de cada profissional.

Guimarães (1989), em sua tese, aponta direta e exclusivamente para o *professor* (todo aquele interessado em participar), e diz, porém, que a escola não pode restringir ao professor de *Biologia*, pois correria o risco de limitar o sexo à dimensão biológica. Ao mesmo tempo, diz que não há necessidade de que seja “um especialista em Educação Sexual”. Defende enfaticamente que a escola (o professor) deve assumir a Educação Sexual e não terapeutas e médicos.

Tomando como referência as opiniões de Guimarães (1989) e confrontando-as com a de outros autores, é possível exemplificar o quanto a questão de quem deve assumir o papel de educador sexual é permeada por series de pontos em comuns e também, por séries de pontos divergentes. entre os estudiosos da temática.

Bruschini (1981) e Werebe (1981), entre outros, afirmam que consideram uma ameaça a sexualidade ser reservada a especialistas.

Já Gherpelli et al. (1992), ao contrário, indicam que o trabalho deve ser da responsabilidade de um professor capacitado (o que não se pode discordar) ou de um especialista em orientação sexual (OS) [termo usado por esses autores - eu, enquanto autora, prefiro o termo: Educação Sexual].

Esses últimos afirmam, ainda, que a escola é o local mais apropriado para a "OS", dentre os locais: consultórios, serviços de saúde e igrejas, embora não tão radicais neste ponto, quanto Guimarães (que mostrou-se contra a possibilidade de terapeutas e médicos atuarem como educadores sexuais), há semelhança na identificação da escola como local mais apropriado.

Bruschini e Barroso (1986) dizem que "... é responsabilidade da escola dar aos, jovens a educação sexual de que necessitam a que não lhes é oferecida por outras fontes". (p. 50)

Uma posição peculiar foi detectada no texto de Queiroz et al. (1991), que propõem a integração de profissionais das áreas: educação, comunicação e serviços de saúde.

Em síntese, pode-se concluir, que não há uniformidade de opiniões, quanto a quem deve assumir a Educação Sexual.

É interessante constatar que, no conjunto de todas as publicações, muitos foram os tipos de profissionais apontados: médico, assistente social, orientador pedagógico, professor, psicólogo, profissionais da saúde, pedagogo, ginecologista, enfermeiro, técnico em educação, pastor, padre.

Há muitas variações entre os autores, no sentido de proporem diferentes "arranjos" de composição de equipes de profissionais, para juntos desenvolverem a Educação Sexual.

É importante salientar dois pontos fundamentais: 1º, conforme salientam Mello (1975), Rosemberg (1975) e Werebe (1981), a escola educa sexualmente, não apenas através da realização de programas planejados, mas também através da forma como se estrutura, como organiza suas atividades; 2º, que é através dessa Instituição, especialmente da pública, que se pode atingir um grande contingente de crianças e adolescentes.

Isso, evidentemente, reforça a questão de que a escola não pode se omitir de se preparar para educar sexualmente bem seus alunos, tanto *informal, quanto formalmente*.

A participação da escola (bem como de todos os elementos da sociedade), através do informal, chama a atenção também para o preparo do educador sexual, que pode e deve ser estendido a todas as pessoas que nela trabalham - incluindo especialmente os professores da pré-escola - e a

um maior número possível de elementos da sociedade, mesmo que não tenham pretensão de atuar, formalmente, como educadores sexuais.

O que é preciso considerar, é que não é válido estar prefixando de mancira delimitada, restrita, a quem cabe o papel; menos ainda, é pensar em termos de exclusividade de alguma área profissional.

Muitas vezes, é o contato com a realidade, no exercício profissional cotidiano, que impulsiona profissionais conscientes, e de boa vontade a intervirem na Educação Sexual.

Barroso (1985) comprova isto quando afirma que, embora a questão não seja atribuição exclusiva dos serviços de saúde, devido às condições específicas da sociedade brasileira, é sobre esse setor profissional que tem incidido muitas reivindicações de Educação Sexual da população mais carente. E assim, mesmo sem um preparo adequado, sem uma infra-estrutura, os profissionais desses setores têm tomado iniciativas.

Já na década de 60, as experiências pioneiras que fazem arte da história da Educação Sexual no Brasil, dão mostras de integração entre duas ou mais áreas científicas no desenvolvimento de trabalhos de Educação Sexual.

Na experiência desenvolvida de 1961 a 1969 nos Colégios Vocacionais do Estado de São Paulo (Pimentel & Sigrist, 1971), professores das disciplinas: Estudos Sociais, Português, Ciências, Educação Física, Educação Musical, Educação Doméstica, Artes Plásticas e Artes Industriais estavam integrados com a Orientação Educacional no desenvolvimento do plano.

No trabalho realizado no Colégio de Aplicação da USP, de 1963 a 1968, a integração deu-se entre o Orientador Educacional e os professores de Ciências. O mesmo aconteceu com o trabalho desenvolvido pela CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas), juntamente com o Departamento de Educação da Faculdade de Saúde Pública da USP, realizado em 1980 e 1981. (São Paulo, 1984.)

O exemplo dado por Queiroz et al. (1991), anteriormente comentado, a respeito da integração da área da *comunicação com a de educação e de serviços de saúde*, nos faz ver que a Educação Sexual pode e deve ser de interesse de várias áreas e que cada profissional, dentro de suas reais condições, deve buscar criatividade para atuar.

O campo pode e deve ser aberto à possibilidade de atuação de profissionais graduados e pós-graduados, das várias áreas científicas, que tenham interesse e preocupação com a questão. Na medida do possível, esforços devem ser feitos para que o trabalho seja desenvolvido interdisciplinarmente.

Com toda razão, o êxito na interdisciplinariedade poderá estar mais garantido, quando a concepção que se tem de Educação, de desenvolvimento humano e, em especial, de Educação Sexual, convergirem, dentro da equipe, para uma única direção.

É necessário que se realizem mais experiências em caráter interdisciplinar, investigando as reais contribuições que cada área pode oferecer e, mais importante: que se, busque estabelecer o que está faltando de fundamental a cada uma, para que possa contribuir de maneira mais eficaz para o avanço da Educação Sexual, seja tanto a nível da prática, quanto a nível da produção teórico-científica.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMARAL. Luiz Antonio de Souza. A reprodução no quadro da educação sexual na escola, *Rev. Educação AEC*, Brasília, v. 10, n. 41, p. 44-48, 1981.
2. BERGER. Israel. Palestras sobre aspectos da sexualidade para grupos de adolescentes: relato de uma experiência. *Rev. Bras. de Sexualidade Humana*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 102-103, jul./dez. 1990.
3. FELIZARI, Gessi Maria Cardoso. *Enfermagem escolar e educação sexual para adolescentes*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1989.
4. FUCS. Gilda Bacal. *Por que o sexo é bom: orientação sexual para todas as idades*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 200-226: A educação sexual nas escolas.
5. GUIMARÃES, Isaura Rocha Figueiredo. *Ilusão e realidade do sexo na escola: um estudo das possibilidades da educação sexual*. Campinas: UNICAMP, 1989. Tese (Doutorado em Educação/Metodologia de Ensino) - Universidade Estadual de Campinas, 1989.
6. BARROSO, Carmen. *A saúde da mulher no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1985. p. 47-49: Educação Sexual.
7. BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha (Coord.). Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 36, p. 99-110, fev. 1981. Mesa-redonda apresentada em evento com a participação de Marilena Chauí, Maria Rita Kehl e Maria José Werebe.
8. BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; BARROSO, Carmen. Educação sexual e prevenção da gravidez. In: BARROSO, Carmen et al. *Gravidez na adolescência*. Brasília: INPLAN/IPEA/UNICEF, 1986. p. 29-54. (Série Instrumentos para a Ação: n. 6).
9. GHERPELLI, Maria Helena Brandão Vilela; BURALLI, Keiko Ogura; ROSENBERG, cornélio Pedroso. Proposta de um programa de orientação sexual para escolas infantis e de 1º e 2º graus. *Rev. Bras. de Sexualidade Humana*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 46-55, jan./jun. 1992.

10. LINS, Lenia Clecia Saraiva; PEREIRA, Eduarda D. R.; LIRA, Ida Vieira de. *Como anda a educação sexual nos jovens: um estudo exploratório em quatro colégios do Recife*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 37. Recife, 1985. Trabalho apresentado... [s.l.], 1985. p. 2-26.
11. MELLO, Guiomar Namó de. Os estereótipos sexuais na escola. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 15, p. 141-144. dez. 1975.
12. NOGUEIRA, José Bonifácio Coutinho. "Falando nos espinhos". *Rev. Educação AEC*. Brasília, v. 10, n. 41, p. 28-31, 1981.
13. PIMENTEL, Maria José Garcia da Glória; SIGRIST, Áurea C. *Orientação Educacional*. São Paulo: Pioneira, 1971.
14. QUEIROZ, Katia et al. Sexualidade na adolescência: uma experiência interativa de educação e comunicação com adolescentes. *Cadernos de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana*. São Paulo, n. I, p. 181 / 196, mar. 1991.
15. ROSEMBERG, Fúlvia. A escola e as diferenças sexuais. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 15, p.78-85, dez, 1975.
16. SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Sexualidade humana: uma abordagem curricular com enfoque educativo*. São Paulo: SE/CENP. 1984, v. I.
17. STOLL, Raul Roberto. Orientação sexual nas escolas. *Signos*, Lajeado, v. 12, n. 22. p. 90-93. mar. 1988.
18. TAVARES, Celina Araújo. Orientação sexual para crianças e adolescentes: proposta para a formação de enfermeiros como Educadores sexuais. *Rev. Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 8-11. jan/mar. 1985.
19. THUMS, Jorge; KIELING, Suzana Schuch Santos. Reflexões sobre uma educação: análise de um estudo exploratório. *Educação*, Porto Alegre. v. 13, n. 18. p. 37-45. 1990.
20. WEREBE, Maria José Garcia. Educação Sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 36, p. 99-110, fev. 1981. Trabalho apresentado na mesa-redonda da 32ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Rio de Janeiro. 1980.